



AMEAÇAS À SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA. HIPÓTESES DE GUERRA. ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA REGIÃO

Claudio Heráclito Souto

Manoel da Penha Alves

Julio Cesar Barbosa Hernandez

Paulo Roberto Correa Assis

Carlos Alberto Pinto Silva

Matéria extraída de monografia produzida pelo grupo de autores como exigência curricular para obtenção do diploma do *Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército*, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Turma de 1990).

Aborda um aspecto da problemática da região, cuja dimensão, despresada pelos que se opõem ao *Projeto Calha Norte*, revelou toda a sua seriedade, a partir dos choques entre guerrilheiros e tropas do destacamento do Rio Traira, na fronteira com a Colômbia.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA

Entende-se como Amazônia, de uma maneira ampla, as terras da América do Sul que, além do norte do Brasil, abrangem as três Guianas (Guiana, Suriname e Guiana Francesa), o leste e o sul da Venezuela, o sudeste e o sul da Colômbia e o leste do Equador, do Peru e da Bolívia. Na Colômbia, Equador e Peru, a região alcança as fraldas orientais dos Andes.

No Brasil, a Amazônia admite dois conceitos distintos: o de Amazônia Geográfica e o de Amazônia Legal.

A *Amazônia Geográfica* é aquela que ocupa a parte setentrional do país, apresentando, como características fundamentais, a vasta bacia hidrográfica, a densa cobertura florestal e a extensa rarefação demográfica.

Sua população é de cerca de 16 milhões de habitantes, 11% do total dos brasileiros.

Esse imenso território abriga 80% da área florestal do Brasil e a maior reserva florestal tropical do mundo. Possui, também, uma das mais extensas vias fluviais do globo e grandes jazidas minerais.

Compreende os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Restringida a esses limites políticos, a região tem uma superfície de 3.500.000 km², 42% da área total do País.

A *Amazônia Legal*, criada para fins de planejamento, é mais abrangente, acrescentando-se, à superfície acima,

as terras que se estendem até o paralelo de 16°N no Mato Grosso, o de 13°N em Goiás e o meridiano de 44°W Gr no Maranhão.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, será considerado, como cenário, a Amazônia Geográfica.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Antecedente históricos

O esforço despendido para dominar a Amazônia é muito antigo, de quatro séculos.

Inicialmente, foram os espanhóis as figuras centrais da aventura, com destaque para Francisco Orellana, que reconheceu, pela primeira vez, o rio Amazonas, desde a região de suas nascentes andinas até a foz, onde chegou em 1542.

Os portugueses, somente após a fundação do Forte do Presépio (1616), onde hoje se encontra a cidade de Belém, começaram a explorar a imensa foz e iniciaram os reconhecimentos rio acima.

Com a união das coroas portuguesa e espanhola, em 1637, surgiu a Capitania do Cabo Norte (atual Amapá) e, a partir daí, tendo como guia e colaboradora eficiente a gentildade, amainada pela ação das ordens religiosas, os luso-brasileiros atingiram áreas que, pelo Tratado de Tordesilhas, eram da Espanha, ampliando dessa maneira o império colonial português na América e, portanto, o Brasil.

O Capitão Pedro Teixeira tornou-se o mais destacado explorador da Amazônia. Além de chefiar a grande expedição que começou a reconhecer o rio Amazonas, em 1637, chegando até Quito, no Equador, foi um verdadeiro pioneiro da área.

Ao findar o século XVII, canhões de ferro e bronze já artilhavam o Forte de São José do Rio Negro, origem de Manaus.

Portugal não se descuroou da defesa dos territórios amazônicos, tão duramente conquistados: Estabeleceu, em que pese todos os sacrifícios, postos que marcassem seus domínios de forma inequívoca e que vieram a dar o contorno do Brasil.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, cerca de 37 fortificações foram estabelecidas na área amazônica, como: Macapá, São Joaquim do Rio Branco, São Gabriel de Cachoeira, Marabitanas, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira, Santo Antônio do Gurupá, Óbidos, Santarém e São José do Rio Negro.

Os fortes e fortins construídos ao longo do século XVIII tiveram por finalidade, basicamente, ocupar a foz do rio Amazonas, defendendo-a das incursões de franceses, holandeses e ingleses.

Ainda no século XVIII estabeleceram-se marcas no extremo oeste da Amazônia, defendendo as principais vias de penetração que, das terras coloniais espanholas, adentravam ao território conquistado.

No início do Segundo Reinado, as fronteiras terrestres brasileiras esta-

vam praticamente desguarnecidas e estendiam-se por milhares de quilômetros. Ainda não tínhamos tratados de limites com as novas repúblicas emancipadas do domínio espanhol. Nossas linhas de fronteira não estavam demarcadas (só o seriam no início do século XX). Foi, então, instituída a colonização militar no país.

As colônias militares eram estabelecimentos compostos por contingentes militares, destinados a protegê-las, constituindo também o principal efetivo demográfico, acrescido de colonos civis. Suas finalidades fundamentais eram a proteção das fronteiras e a promoção do povoamento em áreas longíquas.

É imperioso, também, entender a distinção do processo histórico de integração entre a Amazônia lusobrasileira e a espanhola. Na primeira, o processo baseou-se em três pontos principais: o político, caracterizado pela defesa e posse do território, iniciada com a fundação de Belém, em 1616, e prosseguida com a construção de fortificações e viagens fluviais, como a de Pedro Teixeira; e econômico, voltado para a extração das “drogas do sertão”; e, por último, o religioso, que se preocupou com a catequese e civilização dos índios, realizadas por missionários. Na espanhola, o processo de ocupação da Amazônia foi prejudicado pelo interesse da Coroa Espanhola pela extração do ouro e metais preciosos, e pela barreira dos Andes. Em geral, as áreas mineiras localizavam-se na

zona do altiplano e não justificava, economicamente, desenvolver esforços no sentido da conquista da Amazônia a partir do Pacífico. As atividades econômicas desenvolviam-se em torno da mineração, desestimulando a conquista de "zonas duvidosas", como a Amazônia. Por outro lado, os Andes dificultavam o transporte de suprimentos da costa pacífica para a região.

Esses, em síntese, foram os fatores fundamentais que concorreram para o atual contorno da Amazônia brasileira.

O Narcotráfico

O narcotráfico não se qualificaria como fator crítico, não fossem as recentes associações de narcotraficantes e guerrilheiros, que conferem, aos primeiros, maior poder político e, aos segundos, maior poder econômico, criando amplas condições para o alastramento das guerrilhas.

Secundariamente, a questão interessa, do ponto de vista estratégico, pelo impacto sociológico da produção e consumo da droga, muito embora os maiores centros consumidores estejam situados fora do continente.

Embora os principais países produtores de drogas sejam a Bolívia e o Peru (cocaína) e a Colômbia (maconha), em outros países sul-americanos, como a Venezuela e o Brasil, por constarem estes da rota de exportação, agrega-se valor à droga proveniente daqueles países,

o que enseja igualmente condições para a existência do narcoterrorismo.

No Peru, tem sido constatado crescente número de ações de colaboração entre a guerrilha e o narcotráfico, não somente no altiplano, como também na Amazônia peruana, junto às fronteiras brasileiras.

Na Colômbia, da união entre terroristas e narcotraficantes, tem-se como resultado o narcoterrorismo. A região Amazônica tem sido usada para o preparo da droga, principalmente cocaína, com a instalação de equipamentos e laboratório improvisados na selva.

Na Bolívia há sério risco de que o contrabando e o tráfico de drogas, se não forem coibidos a tempo, passem a exercer influência na própria direção política do país e, dada a sua posição central, extravasem inevitavelmente para os países vizinhos.

O Equador tem revelado preocupação com o narcotráfico, consciente de que incrementa o poderio bélico e a ação dos movimentos guerrilheiros, contamina e destrói os sistemas policiais, desmoraliza o judiciário e afeta o poder constituído.

O combate ao narcotráfico e aos movimentos de guerrilha, exercido pelos países limítrofes da Amazônia brasileira — Colômbia, Peru e Bolívia — apoiados pelos Estados Unidos, forcem o deslocamento de seus interesses para o Brasil. Por outro lado, os Estados Unidos pressionam o Brasil para que empregue seus meios no combate ao narcotráfico em território brasileiro.

O Garimpo

A Amazônia sempre despertou a cobiça internacional. Em fins do século passado, a ocorrência de ouro na região dos rios Cassiporé, Oiapoque, Vila Nova, Amapari e Jari, no Amapá, motivou os franceses de Caiena a proclamarem a República do Counani — República de garimpeiros.

A Amazônia, em face de sua dimensão territorial e de suas inúmeras e diversificadas potencialidades minerais, tem sido o alvo principal da disputa de áreas mineralizadas.

A região tem, atualmente, cobertos por requerimentos e alvarás de pesquisa os ambientes mais favoráveis à ocorrência de minerais.

Por outro lado, parte significativa da Amazônia está coberta por áreas indígenas. Com efeito, os Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima possuem cerca de 25, 20 e 48%, respectivamente, de seus territórios cobertos por essas áreas. Esse fato, mais a inexistência de áreas livres para mineração, e as indicações de áreas promissoras de manganês, ferro, nióbio, terras raras, ouro, diamante, tantalita, molibdênio e cassiterita, nas reservas indígenas, têm ocasionado a busca da expansão da fronteira mineral, adentrando essas áreas.

Na realidade, concorrem, atualmente, às áreas indígenas, os grandes grupos mineradores, detentores de inúmeros alvarás de pesquisa em outras regiões, e os garimpeiros. Estes funcionam como verdadeiras em-

presas, pelo aporte de investimentos necessários, pelo volume dos equipamentos utilizados e pela logística operacional empregada.

Adicionalmente, constata-se a garimpagem com grande intensidade na faixa de fronteira, especialmente no Amapá, Roraima, Amazonas e Rondônia, gerando incidentes com a Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia e Bolívia.

A produção oficial de ouro no Brasil, no período compreendido entre 1975 a 1986, foi de 232 toneladas, sendo que as unidades industriais minerais contribuíram com 63 toneladas e a produção oriunda dos garimpos participou com 169 toneladas, ou seja, no período considerado, a garimpagem representou 72,8% da produção de ouro do país.

Ênfase deve ser dada à situação que se configura na Amazônia Legal, onde se concentram 90% do contingente garimpeiro — mais de 600 mil — e onde, também, por condições peculiares, a garimpagem é praticada mais intensamente.

Em que pese a importância incontestável da participação garimpeira no setor mineral e, por via de consequência, na expressão econômica, essa atividade, nos moldes atuais, apresenta distorções estruturais e possui algumas características incompatíveis com o desenvolvimento organizado do setor, com o crescimento social e econômico do país, e com a ordem jurídica, destacando-se, como principais, as seguintes:

- aproveitamento inconveniente do bem mineral em prejuízo da desejável otimização, em padrões racionais aceitáveis, da produção mineral;

- descumprimento sistemático da legislação vigente;

- pressões sociais;

- desorganização sócio-econômica;

- ocupação desordenada do espaço amazônico, em virtude da expressiva mobilidade horizontal de que são possuidores;

- crescimento constante da população garimpeira;

- efeitos adversos ao meio ambiente; e

- constante disputa de novos espaços.

Nessa sistemática disputa por áreas — as mais promissoras estão gravadas por pedidos ou requerimentos de pesquisa ou são consideradas áreas indígenas — surgem os conflitos envolvendo garimpeiros x mineradoras, garimpeiros x índios e mineradoras x índios. Em geral, predominam os conflitos garimpeiros x mineradoras e garimpeiros x índios.

Assim, as invasões pelos garimpeiros em áreas tituladas por alvarás de pesquisa e em áreas indígenas, a garimpagem na faixa de fronteira e os desastrosos efeitos causados ao meio ambiente por essa atividade são fatos que preocupam, na medida em que essas questões possam perturbar a ordem interna, gerar inconvenientes nas relações com países vizinhos e projetar, no exterior, uma imagem distorcida do país com relação às polí-

ticas indigenista e de conservação do meio ambiente.

Adicionalmente, junta-se a esses aspectos um outro de extrema relevância: o descaminho e a evasão do ouro que procedem dos garimpos. De 1984 a 1986, os índices podem ser considerados alarmantes, pois não foram registrados como produção 39, 60 e 65% do total produzido.

Vários fatores concorreram para esse descabro, cabendo destacar somente os que dizem respeito à atividade garimpeira, a saber:

- inexistência de compradores credenciados junto aos garimpos, levando os garimpeiros a vender o produto nos países limítrofes, especialmente na fronteira norte do Brasil;

- o garimpeiro evita a sua identificação, para fugir ao pagamento do Imposto de Renda;

- o credenciado também evita a emissão da nota fiscal de aquisição, para fugir dos encargos do PIS e do FINSOCIAL; e

- o ouro, por assumir características de moeda em áreas de garimpo, é facilmente transferido de propriedade, recaindo, não raro, em mãos de não garimpeiros e, conseqüentemente, vendido irregularmente.

A Situação indígena

A região amazônica concentra cerca de 62% das populações indígenas do Brasil. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estima que habitem o país, hoje, cerca de 230 mil índios, dos quais cerca de 10 ou 15

mil ainda não foram contactados. Na Amazônia estão cerca de 136.500 índios.

Ainda segundo a FUNAI, há, no país, 239 áreas indígenas demarcadas, com extensão de 43.635.491 hectares, e 228 áreas ainda não demarcadas, correspondendo a 38.903.672 hectares. O total de 467 áreas indígenas conhecidas, ocupando 82.544.163 hectares, equivale a praticamente 10% do território brasileiro.

Isso equivale dizer que cada índio brasileiro, incluída aí a população infantil, tem, em média, direito ao uso de 400 hectares. Nos Estados Unidos essa relação chega apenas a 18 hectares. Ou ainda, se todos os brasileiros tivessem, ao nascer, a mesma proporção de terra, o Brasil só teria como abrigar 1,4 milhão de pessoas — ou então sua área teria que ser equivalente a quatro vezes a soma do tamanho dos cinco continentes.

Não há consenso por parte dos pesquisadores sobre o número de índios que habitava o país em 1500. Há estimativas que sugerem ter havido cinco milhões de índios, dois milhões dos quais na região amazônica. Já uma hipótese mais conservadora defende que havia apenas um milhão de índios em todo o Brasil. Outros cálculos apontam 3.600.000 índios, apenas para a região amazônica. No entanto, qualquer que seja a estimativa, a redução do número de índios foi considerável.

A maior parte dos índios da Amazônia brasileira está em Roraima,

Amazonas e Pará. A maior tribo amazônica é a dos Tikunas, com 18.878 índios. A seguir vêm os Makuxi, com 11.000; Yanomani, 9.975; Guajajara, 6.000; Xavante, 5.109 e Caiapó, 3.500 (Dados de 1988).

Embora tenha sido expressiva a redução do número de índios, não há hoje genocídio indígena ocorrendo no país. Na realidade, o que há é a inexistência de uma política indigenista apropriada, real, clara e efetiva e, no campo prático, um certo retardo na demarcação das áreas indígenas. Esses fatos vêm ocasionando uma série de conflitos, dos quais se valem grupos alienígenas, quaisquer que sejam, para acobertarem seus verdadeiros interesses.

Por outro lado, sabe-se perfeitamente que a situação das tribos é difícil, especialmente no que tange às precárias condições de vida, embora nunca antes elas tenham tido uma simpatia tão disseminada entre a sociedade branca. A orquestração sobre o tema, verdadeiro clamor universal, geradora dessa simpatia, baseia-se na formação de “nações indígenas”. Na verdade, a defesa dessa tese é fruto, fundamentalmente, do grande potencial mineral, em especial o aurífero, existente nas áreas indígenas. Esse fato, uma vez transformado em realidade, geraria, inevitavelmente, além do prejuízo econômico, a criação de quistos indesejáveis e atentatórios à integridade territorial do país.

Assim, o problema indígena, na atualidade, envolve a soberania nacional, interfere no endividamento ex-

terno, leva a uma tendência de internacionalização da área amazônica, e está ligado à questão ecológica.

O Manancial genético

A floresta amazônica, como já está devidamente comprovado hoje, tem pouca influência no efeito estufa e no buraco da camada de ozônio. O perigo é a destruição do mais rico manancial genético do planeta, sem estudar seu potencial de benefício para a humanidade.

Há razões sólidas para defender a manutenção da integridade física da floresta e sua ocupação apenas por atividades econômicas que agridam o mínimo possível a cobertura vegetal. A mais forte dessas razões é a luxuriante proliferação da vida na selva.

Não há estimativa precisa do número de espécies existentes no planeta. Na década de 60 as estimativas eram de cerca de 3 milhões de espécies. Hoje já se fala em 5 milhões, e há quem sugira 10 milhões. Para a Amazônia, calcula-se que 2 milhões de espécies tenham nela seu habitat. E pouco mais de 30% desses seres são conhecidos dos cientistas. O número de plantas medicinais já foi estimado em 4.000, mas esse número pode ser bem maior. Portanto, encontra-se, na Amazônia, de um quinto a um terço de todo o estoque genético do mundo. É essa uma das grandes riquezas da floresta, tão pal-

pável como o ouro dos garimpos e tão valiosa como as riquezas minerais que se escondem no subsolo.

Um dos objetivos dos pesquisadores em conhecer as espécies vegetais e animais da região amazônica é tentar encontrar fontes de novos medicamentos. Com efeito, pelo menos 25% de todas as essências farmacêuticas industrializadas no mundo contêm ingredientes retirados das florestas tropicais.

Um outro veio profundo da riqueza genética da floresta é o que os cientistas chamam de biodiversidade — a existência de um número grande de espécies diferentes. As selvas tropicais são depositárias de inúmeras espécies nativas capazes de dar força nova às culturas já domesticadas, mas que estejam exauridas pelo uso extensivo. As qualidades de milho híbrido em uso no país, por exemplo, não podem ser plantadas mais de cinco anos seguidos sem que recebam enxertos de plantas nativas. São as espécies selvagens que, através de cruzamentos, conferem resistência às variedades já comprovadamente produtivas. Também estão na Amazônia inseticidas naturais desconhecidos e muitas outras respostas para problemas do mundo atual.

Por outro lado, os cientistas calculam que estejam desaparecendo, na Amazônia, atualmente, quase três dezenas de espécies desconhecidas, todos os dias. O ritmo de destruição de espécies vivas na Amazônia é 500 vezes maior que a taxa evolutiva natural.

É esse tesouro genético que precisa ser estudado a fundo pelos benefícios que pode trazer à humanidade. Em síntese, a maior importância da floresta é como banco genético. Estamos no limiar de uma era de engenharia genética, uma ciência de potencial imenso que, não obstante, depende da recombinação de gens já existentes e não da construção de gens novos. Assim, é claro que um dos potenciais econômicos da Amazônia para o Brasil está em sua riqueza biológica e que qualquer desenvolvimento sustentado precisa respeitar este fato.

Os principais projetos econômicos

Inúmeros são os projetos econômicos da região neste século. Alguns não tiveram êxito, outros, entretanto, continuam em execução, gerando de uma forma ou de outra, em que pese algumas polêmicas, riquezas incontestáveis e, principalmente, integrando a região à economia brasileira. Entre os mais importantes podemos ressaltar os seguintes:

- Rodovia Belém—Brasília

Executada no período de 1958 a 1975, com 2.208 km, atravessa cerzados, babaçuais e a selva. É um dos marcos da integração da Amazônia ao Brasil. Hoje, totalmente asfaltada, permanece inteiramente trafegável.

- Rodovia Transamazônica

Implantada entre 1971 a 1974, ligando Boca do Acre (AM) a Estreito

(MA). O primeiro trecho, de Estreito (MA) a Itaituba (PA), com 1.254 km, foi inaugurado em 1972. O segundo, que acresce mais 1.066 km até Humaitá (AM), foi inaugurado em 1974: Trafegável apenas em 1.434 km, não possui pavimentação.

- Rodovia Cuiabá—Santarém

Parte da Capital do Mato Grosso e, após percorrer 1.500 km, entre os vales dos rios Xingu e Tapajós, encontra a cidade de Santarém, na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, onde se localiza o porto fluvial. Em toda a sua extensão, estão sendo implantados projetos de colonização e desenvolvimento de agricultura e pecuária.

- Rodovia Manaus—Boa Vista (BR—174)

Com uma extensão de 760 km, atravessa, inicialmente, a partir de Manaus, uma densa floresta, para alcançar em seguida a região de campos naturais, interceptando o rio Branco, em Caracará, daí prosseguindo até a cidade de Boa Vista, de onde continuará, ligando o Brasil à Venezuela.

- Rodovia Cuiabá—Porto

Velho—Rio Branco—Fronteira com o Peru

Inaugurada em 1984 até Porto Velho, totalmente pavimentada, com 1.944 km. Rodovia diagonal de especial importância para a Amazônia, possibilitando sua ligação com a região Centro-Sul do País.

- Rodovia Porto Velho—Manaus

Totalmente construída através da selva, é toda asfaltada. Normal-

mente encontra-se em péssimo estado de conservação.

- Estrada de ferro Norte-Sul

Projeto que ligará Açailândia (MA) a Luiziana (GO), com 1.570 km de extensão. O primeiro trecho, ligando Açailândia a Imperatriz (MA), foi inaugurado em março de 1989.

- Zona Franca de Manuas

Implantada entre 1967 a 1972, tem como principal objetivo desenvolver a Amazônia Ocidental, pela franquia de impostos ao comércio, e estimular a substituição de importações. Hoje há itens com 75% de nacionalização, outros com até 98% entre os produtos fabricados na Zona Franca. O pólo de montagem vem sendo ocupado por um distrito industrial de tecnologia avançada.

- Trombetas

Situado na serra do Sacará (PA), de responsabilidade da Mineração Rio do Norte, foi criado de 1973 a 1979 para minerar, beneficiar e exportar bauxita, cujas reservas eram estimadas em 10 milhões de toneladas/ano por seis décadas. Hoje embarca diariamente 22 mil toneladas para o exterior, faturando US\$ 29,9 milhões ao ano.

- Grande Carajás

Implantado para explorar um potencial de 18 bilhões de toneladas de ferro, 60 milhões de toneladas de manganês, 10 milhões de toneladas de cobre e 40 milhões de toneladas de alumínio. De responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce, produz atualmente 30 milhões de tone-

ladas de ferro e 800 mil toneladas de manganês ao ano. O escoamento do minério se faz por uma estrada de ferro, inaugurada em 1985, que vai até São Luís (MA). Os clientes principais são Japão, Alemanha e Coréia.

- Albrás-Alunorte

Situado em Barcarena, 40 km ao norte de Belém, pretendia produzir 320 toneladas de Alumínio (Albrás) e 800 mil toneladas de Alumina (Alunorte) e dobrar a produção até 1992. Trata-se de uma associação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Nipon Amazon Aluminium (NAA). Entretanto a NAA resolveu abandonar o empreendimento, em 1987, fazendo com que a CVRD importe alumina.

- Urucu

Projeto da Petrobrás, situado no rio Urucu, em Coari (AM), teve seu início em 1985, para extrair petróleo da região, onde se estima que existia uma reserva potencial de 100 milhões de barris.

- Hidrelétrica de Tucuruí

Iniciada em 1977, possui hoje oito turbinas funcionando, produzindo 1.640 megawatts de energia, abastecendo os fornos da Albrás, o complexo mineral de Carajás e os Estados de Tocantins e Maranhão. A previsão é de produzir 8 milhões de Kw, operando com 15 turbinas, interligando o sistema norte de energia ao do São Francisco.

- Calha Norte

Abrange a região situada ao norte da calha do rio Solimões/ Amazonas. É um conjunto de proje-

tos especiais, aprovado em 19 de dezembro de 1985, no sentido de promover e disciplinar: o processo de integração sócio-econômico daquela região ao restante do país, através do fortalecimento dos poderes públicos para assegurar a soberania e a integridade do território nacional; a necessária proteção e assistência às populações da área e às comunidades indígenas; a defesa do sistema ambiental; e a fiscalização e repressão às atividades ilícitas.

Tem como objetivos:

- intensificar o relacionamento bilateral com os países limítrofes;
- aumentar a presença brasileira, com base na ação pioneira das Forças Armadas;
- ampliar e intensificar a ação da FUNAI;
- dar continuidade à ação de demarcação da fronteira norte;
- ampliar a infra-estrutura viária; e
- possibilitar a maior oferta de recursos sociais básicos.

• Programa Nossa Natureza

Instituído em outubro de 1988, trata-se de uma nova política nacional para o meio ambiente, com os seguintes objetivos:

- conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;
- estruturar o sistema de proteção ambiental;
- desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente na Amazônia Legal;

— disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia Legal, fundamental na ordenação territorial; e

— proteger as comunidades indígenas, as populações envolvidas no processo de extrativismo e as populações ribeirinhas.

• Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental — PROFFAO

Implantado em 1989, pretende levar o esforço unificado dos diversos segmentos governamentais para suprir, em suas carências básicas, o principal agente da integração: o homem da fronteira.

Abrange localidades rurais e urbanas dos municípios da Faixa de Fronteira, que se estende de Benjamin Constant (AM) até o município de Cáceres (MT), num total de 60 municípios.

Tem como objetivos:

- recuperação, ampliação e integração da infra-estrutura viária;
- recuperação e ampliação da oferta de recursos sociais básicos (saneamento, saúde, educação, previdência social etc.);
- aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- fortalecimento e racionalização das atividades de extração e manufatura da borracha, castanha, madeira e outros;
- estímulos para uma agropecuária orientada, de conformidade com o previsto nos zoneamentos agroecológicos;
- fomento para implantação de

um parque industrial adequado aos mercados potenciais interno e externo;

— negociação para interconexão da malha viária com as dos países vizinhos; e

— incremento das relações bilaterais.

Apreciação parcial

Verifica-se, pelos projetos acima apresentados, o imenso esforço empreendido pelo governo para desenvolver e integrar a Amazônia à economia brasileira. Entretanto, apesar desse esforço, pode-se afirmar que, com exceção das populações que gravitam em torno de Belém e da Zona Franca de Manaus, de muito pouco, em termos relativos, se beneficiaram as populações da Amazônia como um todo.

Por outro lado, essa região, de inestimável potencial econômico e genético, apresenta alguns problemas de grande monta ainda não equacionados, como a questão indígena e a atividade garimpeira, e um outro não menos importante que, já de início, preocupa toda a sociedade brasileira, por seus reflexos negativos que incidem diretamente sobre ela, que é o narcotráfico.

No entanto, atualmente há um consenso nacional quanto à necessidade de redimir aquelas populações menos beneficiadas, mediante a exploração racional e adequada dos imensos recursos naturais da Amazônia.

E hoje, felizmente, temos mais

meios e tecnologias para uma ocupação racional que considere, sobretudo a médio e longo prazos, os benefícios esperados e todos os seus custos, inclusive ambientais.

AMEAÇAS ATUAIS À SOBERANIA NACIONAL

A cobiça sobre as incalculáveis riquezas da Amazônia não é exclusividade dos dias atuais. Inúmeras têm sido as pressões internacionais ao longo dos tempos, desde a incursão de estrangeiros, no século XVII.

O objetivo de integrá-la definitivamente ao contexto nacional tem sido buscado ao longo das gerações, sem ser, contudo, alcançado integralmente.

Todo o esforço feito não foi suficiente para preencher o vazio demográfico e afastar a tentativa de ingerência de organismos internacionais. Dissociada do restante do território, a Amazônia tem sofrido fortes ameaças que atentam contra a soberania nacional.

As divulgações científicas resultantes da conferência de Humboldt (1769—1859) e o relatório apresentado pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira despertaram, no mundo ocidental, uma grande cobiça sobre a região amazônica, tanto para fins científicos, como para exploração econômica.

Começaram, então, as primeiras investidas estrangeiras na região. A primeira caracterizou-se pela tentativa

dos norte-americanos, na década de 1850, visando à exploração da área pelos naturais de seu país. A campanha concentrou-se na livre navegação da bacia, pois o governo do império mantivera a política colonialista de controle estreito sobre o trânsito na região. Alegava-se que a atitude brasileira trazia, não apenas prejuízos aos interesses americanos e a outras nações, impedidas de desenvolver seu comércio, mas à própria zona em questão, dado os obstáculos técnicos e financeiros opostos ao aproveitamento regional pelos brasileiros. Em face da perigosa ameaça, D. Pedro II elevou a Amazônia à condição de província e estimulou a criação de uma companhia de navegação fluvial, para utilização dos seus rios.

A reação do governo brasileiro, apesar de ter frustrado a investida norte-americana, não desestimulou a cobiça do mundo desenvolvido sobre a Amazônia brasileira e outras ingerências, em forma de tentativas de internacionalização, foram realizadas.

Senão vejamos:

A primeira, de maior importância, foi a pretensão de se fundar, sobre o patrimônio da UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Esse instituto fomentaria a exploração científica da Hiléia, onde exerceria poderes de um verdadeiro estado, permitindo ao Brasil o direito de apenas um voto no conselho dirigente. Em 1949, a pronta ação do Congresso Nacional, contra essa iniciativa, fê-la sucumbir.

No que diz respeito às missões religiosas, cabe ressaltar o excelente trabalho que algumas delas fizeram e prosseguem fazendo em prol das populações locais. Muitas, entretanto, com recursos fornecidos por entidades internacionais, vêm desenvolvendo uma ação que nada tem de evangelizadora. Estas, coincidentemente ou não, se instalaram em áreas parcialmente ricas em minerais preciosos ou estrategicamente valiosos. Sobre o assunto, vale a pena ressaltar alguns tópicos das diretrizes emanadas do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs para seus missionários na Amazônia:

“A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendendo também parte dos territórios da Venezuela, Colômbia e Peru, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial...”

“É nosso dever: defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim, esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitem e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer”.

“É nosso dever: impedir, em qualquer caso, a agressão contra toda a área amazônica, quando esta caracterizar-se pela construção de estradas, campos de pouso, principal-

mente quando destinados a atividades de garimpo, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira, civis ou militares, tais como quartéis, limpeza de faixas, campos de pouso militares e outros que signifiquem a tentativa de modificação ou do que a civilização chama de progresso”.

O antigo projeto dos “Grandes Lagos” ou “Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico” proposto pelo Instituto Hudson, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia Continental destinados à produção de energia elétrica e à navegação. Estes iriam inundar uma área quinze vezes maior que a dos atuais projetos, hoje tão combatidos. Por trás deste projeto estava uma autêntica variante para utilização do canal do Panamá, pelos Estados Unidos da América. A imediata reação do governo brasileiro invalidou o referido projeto.

Investidas políticas têm sido realizadas pelos países exportadores de estanho para conter a nossa produção e, em consequência, manter os preços internacionais daquele metal.

O excessivo interesse de grupos de ambientalistas nacionais e estrangeiros, tendo como bandeira a manutenção do equilíbrio ecológico, têm influído e provocado exigências específicas do BIRD e do BID para a concessão de empréstimos, com base na defesa do meio ambiente.

A construção de hidrelétricas tem sido combatidas por diversas organizações internacionais, respaldadas no deslocamento de uma minoria de índios. Enquanto, no sul, Furnas des-

locou milhares de pessoas e não houve críticas ou proibições.

Da mesma maneira tivemos a atuação de parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, no sentido de interromper o projeto Carajás.

A ultimação da construção da Rodovia Brasil-Peru, através de investimentos japoneses, foi impedida pelos Estados Unidos, com ameaças de retaliações, prejudicando a aproximação do Brasil com o Pacífico, que lhe traria excelentes opções comerciais.

Grupos defendem a criação de nações indígenas independentes e há tentativa de criar parques indígenas multinacionais, por intermédio de órgãos estrangeiros de apoio à causa indigenista.

Além disto, a CNBB tem pressionado iniciativas do governo brasileiro, como o Projeto Calha Norte, com vistas a criar uma nação Yanomani, como se aquele projeto fosse contra os interesses da defesa dos índios.

Constantes ameaças econômicas têm sido realizadas sob a forma de conversão da dívida externa pela troca de garantia de preservação da floresta.

Interperlações têm sido colocadas junto ao Secretário do Tesouro dos EUA e ao presidente do Banco Mundial, além da ação no Congresso Americano para impedir o fluxo de empréstimos, já contratados, para execução de projetos na Amazônia brasileira.

Outros casos poderiam ser adicionados como as críticas ecológicas, nem sempre bem equacionadas, feitas pelos países do primeiro mundo, quanto ao problema da Amazônia, vinculando-o ou pretendendo vinculá-lo ao problema da dívida externa brasileira.

Somando-se a tudo, ações ilícitas de contrabando e narcotráfico crescem sem a devida repressão e movimentos guerrilheiros rondam as nossas fronteiras internacionais.

O Brasil tem respondido a todas essas pressões com algumas medidas mais ou menos objetivas, principalmente a partir de 1989, quando criou programas de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas, lutando pela conservação e ampliação das unidades de preservação da área e a Carta da Amazônia, que pretende a continuidade do crescimento com investimentos do governo e da iniciativa privada, através da integração com os países vizinhos e da desmistificação das teses de "pulmão do mundo" e do "efeito estufa".

Recentemente, temos acompanhado com muita preocupação as novas pressões e as atuais investidas sobre a Amazônia, com origem em órgãos internacionais e com ampla acolhida na mídia estrangeira e mesmo nacional.

Os assuntos que têm sido estampados com maior frequência nas manchetes dizem respeito aos problemas de posse da terra, à necessidade da manutenção do equilíbrio ecológico para preservar o "pulmão do mundo"

e proteger as populações indígenas, além das propostas de vinculação da dívida externa com a preservação ambiental.

É estranho esse excessivo interesse de grupos estrangeiros com a manutenção do equilíbrio ecológico. Seus ataques baseiam-se em dois pontos convergentes: a contribuição das queimadas para o agravamento do "efeito estufa" e o perigo que representa qualquer devastação da floresta, com base na teoria do pulmão da humanidade.

As queimadas são motivos de real preocupação e o governo já tomou medidas para controlá-las. Não é possível aceitar, entretanto, as acusações de que essas queimadas são as responsáveis maiores pela poluição da atmosfera e estão colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. Elas, como qualquer combustível, contribuem, de fato, para a degradação ambiental, mas a principal causa dessa poluição, os países desenvolvidos estão cansados de saber, é a queima de combustíveis fósseis, por eles mesmos produzidos.

A teoria de que a Amazônia é o "pulmão da humanidade" tem duvidosa sustentação científica. Alguns estudos recentes indicam ser muito provável que a maior parte do oxigênio produzido pela floresta, durante o dia, seja consumido durante a noite. De qualquer forma, os povos que pretendem nos monitorar em matéria de preservação da natureza não são, historicamente, os melhores conselheiros.

Convém não esquecer que o mundo já foi quase todo coberto por florestas e aqueles povos devastaram as suas, quase que integralmente.

Quanto às populações indígenas, as acusações de descaso por parte do governo brasileiro não se fundamentam nos fatos. Nos últimos três anos, buscando a defesa dos interesses dos índios, sua preservação e a manutenção de seu meio ambiente livre de agressões, foram acelerados os trabalhos de demarcação das terras indígenas. Resultados apreciáveis têm sido obtidos.

Os cerca de 230 mil índios brasileiros ocupam, em suas 467 reservas, cerca de 82 milhões de hectares, o equivalente a 10% do território nacional. Como já foi ressaltado, isso equivale dizer que cada índio brasileiro tem, em média, direito ao uso de 400 hectares. Nos EUA, essa relação chega a apenas 18 hectares.

A última investida para internacionalizar a Amazônia se apresentou sob a forma de uma troca: o perdão da dívida externa pela garantia da preservação da floresta. O assunto havia sido proposto pelo Sr. Michel Rocard, primeiro ministro da França, e foi novamente provocado por um grupo de parlamentares americanos que visitou a Amazônia.

A proposta feita por aqueles parlamentares, que mereceu, inclusive, um editorial no "New York Times", é ambígua e encerra sérios riscos de, mais tarde, ser interpretada favorecendo a adoção de medidas que ameassem nossa soberania. O go-

verno brasileiro, como não poderia deixar de ser, reagiu com firmeza à proposta, deixando claro que não nos interessa trocar nossa soberania por qualquer forma de ajuda externa.

HIPÓTESES DE CONFLITO E DE GUERRA

Conceituações

A dimensão militar das questões nacionais está inserida na própria Política Nacional, na qual ela interage, não só como segmentos mais voltados para a Segurança, como com os segmentos principais das expressões políticas, econômica e psicossocial do Poder Nacional.

A dimensão militar e sua explicitação através de uma Política Militar consistente deve ter em conta os estados de conflito ou de guerra em que esteja vivendo o país.

Hipótese de conflito pode-se conceituar como a antevisão de um quadro nacional ou internacional, marcado pela existência de Pressões em que o Poder Nacional deve ser empregado para enfrentar ações que dificultam ou impeçam a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes. *Hipótese de Guerra*, como a antevisão de ocorrência de conflito armado, num quadro conjuntural nacional ou internacional, que exija o emprego violento do Poder Nacional como último recurso para a superação de Pressões Dominantes.

A defesa é o ato que, muitas vezes, precisa ser feito para dar a garantia de segurança. Mesmo quando o ato não chega a se realizar, é necessário que os antagonismos que ameaçam o interesse nacional, ou ameacem aos Objetivos Nacionais Permanentes, tomem conhecimento do fato de que o Brasil é capaz de realizar os atos de defesa, se necessário for, com credibilidade, para garantir a vontade política nacional.

As hipóteses de conflito e as hipóteses de guerra são objeto de formulação e explicitação para as Forças Armadas, para orientar o seu preparo e aprestamento, pela Presidência da República, ouvida sua assessoria, como adequado.

Principais tendências

• Externas

- bipolaridade residual no plano político e militar, no quadro mundial;

- multipolaridade econômica;

- consolidação de blocos econômicos;

- desideologização das relações internacionais;

- preocupação com temas globais: — meio ambiente, — narcotráfico e assistência humanitária;

- predomínio do econômico e tecnológico como indicadores do Poder Nacional;

- hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) nas Américas;

- transnacionalização do combate ao narcotráfico;

- sofisticação dos meios de comunicação permitindo a veiculação instantânea de informações, conferindo a opinião pública mundial peso decisivo;

- pressões originárias do Hemisfério Norte envolvendo a conservação (ou preservação) ambiental na Amazônia;

- esvaziamento do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

• Internas

- consolidação do Estado Democrático do Brasil apoiado na sua estabilidade político-econômica;

- cooperação e integração da América Latina, particularmente do Brasil com a Argentina;

- intensificação da participação do Brasil no contexto do comércio internacional, pelo seu ingresso no bloco americano;

- vivificação das fronteiras na Amazônia brasileira;

- violência no quadro psicossocial — Problemas fundiários no Norte e Nordeste;

- problemas na Amazônia brasileira, por influência nacional ou internacional.

Tendo em vista as ameaças e as tendências internas e externas apresentadas é possível se admitir as hipóteses de conflito e de guerra que se seguem.

Hipóteses de Conflito, de Guerra e caracterização

• *Hipóteses de Conflito (HC)*

— Pressões de países desenvolvidos alegando o “Direito de Intervir” contra governos ilegítimos em áreas indígenas e o “Dever de Ingerência” contra o Brasil, que permite que prejudiquem o meio ambiente e as nações indígenas na Amazônia.

— Atuação estrangeira, de países centrais, na Amazônia brasileira, visando a lutar contra o narcotráfico e/ou tentar implantar áreas liberadas dentro das idéias de ativismo preservacionista das florestas e dos povos indígenas.

• *Hipóteses de Guerra (HG)*

— Intervenção estrangeira na Amazônia brasileira, despida de cunho ideológico, tendo em vista atuar contra o narcotráfico, debelar um eventual estado de luta interna no âmbito de países situados na periferia do arco fronteiriço brasileiro e/ou tentar implantar áreas liberadas, dentro das idéias de ativismo preservacionista das florestas ou de povos indígenas.

— Intervenção brasileira em área sul-americana, periférica ao arco de fronteira da Amazônia brasileira, a pedido de nação membro do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), para impedir ou antecipar-se a eventual invasão estrangeira nos termos da HG anterior.

• *Caracterização sumária das HG*

Conflito armado, sem caráter ideológico, abrangendo ações convencionais e irregulares, deflagrada por grupos nacionais ou coligação de nações.

Projeção futura — Recomendações

• Permanente questionamento das HG (cenários de conflito) visando a verificar sua validade e probabilidade de ocorrência no tempo presente e futuro;

• procurar um alto nível de instrução, adestramento e aprestamento das Forças Singulares, em especial em Operações Combinadas e/ou Conjunatas na Amazônia;

• garantir capacidade de defesa aeroespacial na Amazônia brasileira;

• preparar a infra-estrutura das vias de transporte adequadas à mobilidade estratégica das Forças Singulares na área;

• promover o aumento das ações de presença das Forças Armadas na Amazônia brasileira;

• assegurar mobilidade estratégica e tática para emprego das Forças Singulares na região Amazônica;

• reestudar, considerando os cenários de conflito, a estruturação (organização e articulação) das Forças Armadas na região Amazônica;

• desenvolver uma estratégia de ação independente, para as FFAA brasileiras, na região Amazônica, visando a criar capacidade de intervir na área periférica ao arco de fronteira

da Amazônica brasileira, a pedido de nação membro do TCA;

- estimular a interação das Forças Singulares, com as populações amazônicas, principalmente da zona rural, de modo a impedir, neutralizar ou negar sua cooptação ou ligação com grupos contrários aos interesses nacionais.

ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA REGIÃO

Considerações Preliminares

Coerente com os fatos que caracterizam o momento amazônico, ameaças à Soberania Nacional e potenciais fontes internas e externas de conflitos das realidades Amazônicas, sintetizadas em:

- alvo de cobiça internacional;
- posição geográfica e decorrente importância geopolítica;
- acentuadas desigualdades individuais entre o povo e a elite regional;
- grande potencial exploratório biogenético, hidroenergético e mineral;
- insatisfatória atividade econômica na região; e
- a chamada “Questão Indígena”, foram elaboradas estratégias para a defesa da região, relacionadas intimamente com as diversas Expressões do Poder Nacional.

Consideramos no desenvolvimento do trabalho as premissas que se seguem:

- Amazônia é poder, e ninguém cede poder a não ser mediante pressão;

- nas relações internacionais no lugar da amizade impera o domínio dos interesses;

- urge destacar que, se for negado ao Brasil o uso imediato do imenso potencial amazônico, inclusive os de sua extraordinária reserva estratégica, estará sendo negado ao país a utilização plena do seu Poder Nacional e conseqüente ingresso no grupo dos países do 1º mundo;

- se a guerra não ocorre, se hipóteses de conflito ou de guerra estabelecidos não se concretizam, cumprimos nosso dever de planejar para que a tropa se adestre;

- a ambição internacional com relação à Amazônia agride e colide, de uma maneira embutida, no ONP relacionado com nossa integridade e soberania;

- *estratégia* é a arte de preparar e aplicar os *meios* (poder) disponíveis no cenário considerado, levando-se em conta os *óbices* (obstáculos) existentes ou potenciais; para alcançar determinados *fins* (objetivos) estabelecidos pela política;

- a estratégia se concretiza através de ações correntes e de emergência, sendo:

- ações correntes as relacionadas com as situações comuns, isto é, situações que podem ser configuradas como de rotina ou onde não se revelam alterações sensíveis da normalidade;

- ações de emergência as que per-

mitem atender a situações que recomendam ou exijam medidas especiais, não rotineiras, até mesmo excepcionais, para serem eficazmente enfrentadas.

Sabemos que as áreas em que se aplicam as ações estratégicas são consideradas em duas categorias distintas: as de natureza territorial (regiões geográficas) e as que envolvem atividades humanas. Desse modo, setores como os da educação, da saúde ou das comunicações, assim como vazios demográficos, minerais raros, regiões de fronteira, grandes centros urbanos industriais e certas áreas no exterior, de particular interesse para o país, podem ser consideradas áreas estratégicas;

- a estratégia é uma forma de luta, tanto no sentido estrito do vocábulo — choque entre vontades opostas — como no seu sentido amplo, de esforço contínuo e pertinaz até a obtenção do resultado desejado;

- tanto se faz estratégia quando se luta contra a natureza hostil, como quando se enfrenta um inimigo obstinado.

Concluindo estas considerações preliminares, pode-se afirmar que a resolução dos conflitos, tanto a nível interno quanto externo, exige um adequado preparo e emprego do Poder Nacional.

Ações estratégicas

Com o objetivo de evitar o atendimento a uma situação de emergên-

cia, viabilizando a concretização de hipóteses de conflito ou de guerra, as seguintes ações estratégicas podem ser desenvolvidas:

- Na expressão política

- estimular as potências mundiais a uma participação mais ativa, com apoio financeiro e suporte tecnológico, para o desenvolvimento ordenado da área amazônica;

- conter a ação predatória do meio ambiente, através da adoção de medidas que visem à fiscalização da região, dotando os órgãos responsáveis de adequados meios materiais e humanos;

- intensificar ações diplomáticas junto aos governos dos países desenvolvidos, em particular os que exercem maiores pressões, visando à obtenção de recursos, neutralização de pressões, obtenção de tecnologias e, inviabilização da atuação de organismos internacionais específicos de ingerência na Amazônia;

- buscar maior participação dos países amazônicos na solução dos problemas comuns, através da implementação do TCA e/ou intensificação de relações bilaterais;

- reaparelhar a Polícia Federal para melhor cumprimento de suas missões;

- implementar os Programas ora existentes destinados à área, tais como “Calha Norte”, “PROFFAO”, “Nossa Natureza” etc;

- buscar entendimentos diplomáticos com a Venezuela, para encontrar uma solução para os problemas

comuns relacionados com a comunidade Yanomani;

— passar de uma posição meramente defensiva, para uma atitude propositiva no cenário internacional, com o objetivo de esvaziar qualquer campanha de intervencionismo, demonstrando nossa capacidade de solução e gerenciamento dos problemas.

- Na expressão econômica

— desenvolver projetos econômicos, especificamente nas atividades de construção civil e de construção naval, desenvolvendo a região e valendo-se da vocação madeireira da mesma;

— empreender a adoção de medidas de estrutura econômico-financeira do país, de modo a torná-las capazes de atender com oportunidade, presença e eficiência às necessidades da região amazônica;

— explorar o potencial hidrelétrico, fortalecendo os núcleos principais e contribuindo para a política de integração da região ao núcleo do Poder Nacional;

— aparelhar os portos da imensa malha hidroviária, remover os obstáculos à navegação dos rios, construir eclusas onde os projetos tornarem necessárias, fortalecer os eixos rodoviários existentes e construir as ferrovias que se tornarem viáveis, contribuindo para a circulação de pessoal e riquezas, massificando os transportes e possibilitando uma maior integração;

— implementar uma política que permita a exploração econômica com a preservação ambiental e das comu-

nidades indígenas, respeitando a vocação da terra e criando um fundo de preservação ambiental.

- Na expressão militar

— dinamizar o Programa Especial Calha Norte e respaldar a vivificação de toda linha fronteiriça da região, com a presença efetiva dos pelotões que tamponem os imensos vazios, bem como os demais servidores da união, criando adequada infra-estrutura de saúde, saneamento básico, educação, habitação etc;

— efetuar intensa campanha, no sentido de demonstrar ao mundo que a presença das FFAA e dos poderes constituídos em nossas fronteiras caracteriza nossa vontade férrea de manter a soberania nacional;

— atender com prioridade ao preparo e adestramento das Organizações Militares da área, viabilizando o SI-PLEX e possibilitando, em caso de conflito ou de concretização de Hipótese de Guerra, o emprego de efetivos militares com condições de êxito;

— realizar exercícios militares de grande vulto, com vistas a otimizar o emprego do poder militar em caso de necessidade, bem como objetivando desestimular a ação da guerrilha na região e dar respaldo à atuação da Polícia Federal no combate ao narcotráfico;

— reestudar a Ordem de Batalha, visando a possibilitar a expansão da presença militar na área;

— buscar apoios em recursos materiais, financeiros e tecnológicos

junto aos países desenvolvidos para a solução dos problemas da área, ressaltando o emprego de suas forças militares;

- manter, em áreas estratégicas da imensa região amazônica, tropas adestradas, aligeiradas, dotadas de alta mobilidade estratégica e em condições de pronto emprego em qualquer parte da região.

- Na expressão psicossocial

- envidar esforços no sentido de motivar a sociedade, criando condições favoráveis à cristalização da vontade nacional, no sentido de superar os óbices decorrentes da concretização de conflito;

- possibilitar o surgimento de condições psicológicas favoráveis na sociedade brasileira e, em especial, da região amazônica, buscando o fortalecimento da consciência da necessidade do preparo das Forças Armadas, como instrumento indispensável de garantia da independência e da soberania da nação;

- evitar a destruição dos valores autênticos que caracterizam as tribos indígenas da região, impedindo, a todo custo, quaisquer tentativas de enquistamentos raciais ou étnicos em nosso território;

- emprestar contínua e especial atenção à capacidade de pessoal, investindo no setor educacional na região, em todos os níveis, através do aprimoramento constante da seleção, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis para o desenvolvimento da região e sua cor-

relata integração ao núcleo do Poder Nacional;

- conjugar esforços no sentido de obter uma maior e mais constante integração com organismos ambientalistas;

- evitar a presença de elementos estranhos que fomentem ações desagregadoras junto às comunidades indígenas, propiciando a presença mais permanente de elementos do governo brasileiro que auscultem os legítimos interesses e aspirações dos Yanomamis e demais grupos ou comunidades minoritárias.

CONCLUSÃO

Atualmente, a defesa da Amazônia exige tratamento bem mais amplo do que as simples medidas militares empregadas pelas autoridades coloniais, ou o recurso à via diplomática, própria do império. Quaisquer que sejam as formas assumidas pela investida estrangeira, a justificativa invocada é sempre o abandono e a improdutividade relativa de inesgotável potencial das reservas naturais para o desenvolvimento agrícola e industrial. A manutenção da soberania brasileira na Amazônia está, pois, na dependência da ativação integral do processo colonizador.

Ainda que o objetivo dessa “polêmica amazônica” seja aparentemente justo e aceitável (preservar a floresta amazônica contra as agressões que este ecossistema vem sofrendo), essa é uma responsabilidade e tarefa bra-

sileira, dispensando-se inclusive "tutela" exterior e/ou condicionantes políticas ..., inaceitáveis por qualquer nação soberana.

O Brasil não pode abrir mão do aproveitamento nacional, técnico e sustentado dos recursos da Amazônia, pois o Art. 3º de sua Constituição diz explicitamente que "Constituem objetivos da República:

"garantir o desenvolvimento nacional;

"erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Nesse contexto, e como medida preventiva, tendo em vista as ameaças latentes, é válido preverem-se hipóteses de conflito e de guerra para a região amazônica baseadas na possibilidade de explosão de um conflito armado, sem caráter ideológico, abrangendo ações convencionais e irregulares, deflagrados por atores nacionais ou coligação de nações.

Por derradeiro, as estratégias para a defesa da região amazônica devem, no contexto da constituição de 1988, eliminar os óbices ainda existentes para a consecução do desenvolvimento e integração da área ao núcleo do Poder Central. Para tanto, necessitam estar alicerçadas nas expressões do Poder Nacional com a implantação de projetos que sejam economicamente viáveis, ecologicamente adequados, politicamente equilibrados, soberanamente nativistas e socialmente justos.

REFERÊNCIAS

1. Apel, Luis Alberto Rosa. — 1986. Aspectos Fisiográficos do Espaço Brasileiro. Ed. ECEME.
2. Almeida, José C. — 1983. Aspectos Fisiográficos da América Latina. Ed. ECEME.
3. Afonso, José Augusto F. A importância da Análise Histórica no processo de cooperação. O caso amazônico.
4. ——— 1989. Almanaque ABRIL. Editora Abril. Benchimol, Samuel. — 1989. Desenvolvimento da Amazônia Brasileira. Palestra na ESG.
5. ——— 1971. Problemática da Amazônia. Ed. Bibliex.
6. ——— 1989. Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.
7. ——— 1988. Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.
8. ——— 1989. Doutrina da Escola Superior de Guerra. Ed. ESG.
9. ——— 1990. Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001, 2º volume. Ed. ESG.
10. Enciclopédia BARSA.
11. MEIRA MATTOS, Adherbal. 1989. O Interesse Nacional e os interesses internacionais na Amazônia Brasileira. Palestra no CPEAEx.
12. MEIRA MATTOS — 1980. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. Ed. Bibliex.
13. MOSER, RUDOLF — 1989. Amazônia. Edições Siciliano.
14. PORTO DA LUZ — 1990. Compreensão da Amazônia. Política e Estratégias para integrá-la ao Núcleo do Poder Nacional. Palestra no CPEAEx.
15. ——— 1989. Revista "Veja" nº 26, de 5 Jul 89. Editora Abril.
16. ——— 1989. Revista "Segurança e Desenvolvimento" nº 207 Ed. ADESG.
17. ——— 1989. Revista do Clube Militar nº 286. Ed. Clube Militar.
18. VAZ, Thaumaturgo Sotero — 1990. A Força Terrestre na Amazônia — Palestra realizada no CPEAEx.



O Cel Art CLÁUDIO HERÁCLITO SOUTO - Aspirante a Oficial em 1961, possui, ainda, os seguintes cursos militares: Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, Curso de Informações - CAT B, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Curso de Política Estratégica e Alta Administração do Exército e o Curso de Economia Política realizado em entidade civil. Como Oficial Superior exerceu as funções de E2 DA 3ª Bda C Mec, Assessor do Gab do Ministro do Exército - CMT do 25º GAC e atualmente Ch Gab do Centro de Avaliações do Exército.

MANOEL DA PENHA ALVES...



O Cel Inf. JULIO CESAR BARBOSA HERNANDEZ - Possui os seguintes cursos: AMAN (1964), EsAO (1975), ECEME (1982) e CPEAEx (1990). Exerceu as funções de Instrutor da AMAN (1976 - 1977), Adjunto da 2ª Subchefia da então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional - SG/CSN (1986/1987), Cmt do 19º BI MTz - São Leopoldo - RS (1988/1989), É atualmente Chefe EM da 3ª Bda Inf. Mtz (Goiânia - GO). Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Ouro (30 anos) e Medalha do Pacificador.



O Cel. Art. PAULO ROBERTO CORRÊA ASSIS - Possui os seguintes cursos militares: AMAN (1964), Instrutor de Educação Física (EsEFE) (1970), Curso Básico Para-quedista (1971), Curso de Mestre de Salto (1973), Estágio Básico de Salto Livre (1979); EsAO (1975), EsNI (1976), Estágio de Operações na Selva (1984), Estágio de Mergulhador Autônomo (1985), ECEME (1983), Curso de Política Estratégica e Alta Administração do Exército (1990) e o Curso Civil de Filosofia, da Universidade de Bagé. Exerceu as funções de Cmt de Bateria do

3.º RA Cm (Bagé-RS) e 8.º GAC Pqdt, Instrutor de Educação Física dos Colégios Militares de Fortaleza e Rio de Janeiro, Instrutor do CI Pqdt GPB, Adj. da Sec. de Doutrina do EME, Adj. da 6.ª Sec. do CMA, Subcmt e Subdiretor de Ensino do CIGS, Cmt do 8.º GAC Pqdt e Ch do Estado-Maior da 12.ª RM. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Santos Dumont e Medalha de Serviço Amazônico (Bronze). Foram as seguintes suas Missões no Exterior: Representante do CMA no Planejamento de Missão Conjunta com o Exército Francês em Caiena-Guiana Francesa, Integrante da Delegação Brasileira no 8.º Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA.

CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA...